OS MOVIMENTOS TERRORISTAS COMO ATORES NÃO ESTATAIS E O EXERCÍCIO DO PODER SIMBÓLICO

TERRORIST MOVEMENTS AS NON-STATE ACTORS AND EXERCISE OF SYMBOLIC POWER

Giovanni Olsson* Eduardo Fabrin Wildner**

RESUMO

O presente trabalho busca tracar os principais contornos do cenário global, dando enfoque à formação da sociedade internacional contemporânea e ao surgimento de novos atores, em especial os emergentes, como a mídia, o terrorismo, os movimentos sociais e a opinião pública, os quais vêm apresentando uma evolução expressiva, conquistando espaços, poderes e mais visibilidade. Objetiva-se, ainda, pontuar as principais características dos movimentos terroristas atuais, o percurso histórico, as discussões conceituais, as mudanças ocorridas em seu formato, sua estrutura e respectiva atuação, cada vez mais eficiente em razão da expressiva e crescente publicidade concedida aos acontecimentos violentos. Por fim, pretende-se analisar o papel da influência midiática e do poder simbólico envolvido, almejando investigar e confirmar a hipótese de que a mídia tornou--se um instrumento de difusão simbólica do poder dos movimentos terroristas, primordial para a atuação de tais grupos e também para os que declararam o combate ao terrorismo. A pesquisa é teórica com base em livros e artigos

ABSTRACT

The study aims to draw the main edges of the global scenario, focusing on the formation of contemporary international society and the rising of new actors, especially the emerging ones, like the media, terrorism, social movements, and public opinion, which are growing very fast, and reaching more room, powers, and visibility. It also aims to stress main outlines of the contemporary terrorist movements, their recent history, core debates, ongoing changes in their shape, structure, and performance, increasingly more efficient, due to the visibility and rising publicity given to violent happenings. Finally, it intends to analyze the role of the media's influence and its symbolic power, in order to investigate and to support the hypothesis that the media has become an instrument of symbolic diffusion of the terrorist movements' power, central to such groups performance, and also even for those who declare war on terrorism. Research work is theoretic, grounded on books, and scientific articles, and follows deductive and quantitative method. Its goal is to deep

^{*} Professor Permanente do Programa de Mestrado em Direito (UNOCHAPECO). Doutor em Direito (UFSC, 2006). Mestre em Direito (UFSC, 2001). Especialista em Direito (1994 e 1995). Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas (UFRGS, 1993). Email: gio.olsson@unochapeco.edu.br.

^{**} Aluno do Curso de Graduação em Direito (UNOCHAPECO). Pesquisador do GP-CNPQ Relações Internacionais, Direito e Poder. Bolsista de Pesquisa de Iniciação Científica com Recursos do Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Email: eduardofw@unochapeco.edu.br

científicos, e segue método dedutivo e qualitativo. O foco é aprofundar as questões envolvidas nas complexas relações destacadas e construir caminhos para um debate mais crítico, que seja capaz de lançar mais luz sobre a problemática central, a qual não pode desconsiderar a dinâmica da sociedade atual, os principais desafios e interesses em jogo, e, o mais importante: a procura por respostas que passem por menos destruição e mitigação de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos terroristas. Atores emergentes. Mídia. Poder simbólico.

issues involving the complex aforementioned relationships, and to build paths to a more engaged debate, able to shed more light on the core problematic, which can't brush aside the dynamics of the current society, the main challenges and interests at stake, and, the most important: the search for answers that can go through less destruction and mitigation of rights.

KEYWORDS: Terrorist movements. Emerging actors. Media. Symbolic power.

1 INTRODUÇÃO

O terrorismo é um dos temas mais debatidos atualmente, notadamente em razão dos ataques perpetrados em 11 de setembro de 2001, pela atual crise de refugiados e pela expansão de grupos terroristas islâmicos, que em muito devem sua difusão à globalização e à sociedade em rede.

Um fator de especial preponderância para tal estado de coisas é que as imagens dos atos terroristas podem agora circular por todo o globo, em tempo real, apresentando-se como um grande espetáculo difundido pelos meios de comunicação em massa. Isso permite que os movimentos terroristas alcancem seu principal objetivo: difundir o terror, seja para contestar um sistema do poder, ou mesmo para atingir outros fins, como religiosos e econômicos.

Nesta perspectiva, dois aspectos se sobressaem e merecem ser mais bem explorados e discutidos na sociedade contemporânea.

O primeiro deles refere-se à ascensão desses movimentos à condição de atores emergentes, protagonistas no cenário mundial, capazes de influenciar decisões políticas de Estados, alterarem legislações, tomar territórios e, em última medida, provocar profundas mudanças na realidade social, ou, pelo menos, na percepção das pessoas sobre ela.

O segundo diz respeito ao poder de tais grupos, porque, apesar das divergências quanto ao seu real alcance, um fato é incontroverso: o poder deles cresce a cada dia, e progressivamente ocupa o imaginário social, através de um poder simbólico, que, como se sabe, pode ser muito mais forte e eficiente que outros tipos de poder.

É nesse caminho que a pesquisa busca explorar e concatenar tais fenômenos, a partir de conhecimentos consolidados no campo das relações internacionais e recentes estudos sobre o terrorismo e a mídia, os quais levarão a reflexões sobre o poder simbólico e a intrincada relação entre eles.

Sem a pretensão ou possibilidade de esgotar o assunto, planeja-se consolidar alguns conhecimentos básicos sobre os temas em análise, além de propor questionamentos e construir novos marcos para discussões mais profundas e críticas.

2 A SOCIEDADE INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA E SEUS ATORES

Basta olhar ao redor, reparar nas marcas de roupas, nas embalagens de alimentos, nos programas de computador, na linguagem da nova geração e nas notícias do jornal, para concluir que não há mais como separar o global do local.¹ Tudo está interligado. As decisões tomadas e as ações executadas em um lado do mundo afetam as pessoas e relações do lado oposto do globo.

Assim se apresenta o novo cenário mundial, marcado em muito pelo fenômeno da globalização, que, apesar de não ser recente, conseguiu impulso e evolução extraordinários nas últimas décadas (em especial após a Segunda Guerra Mundial), em razão do grande avanço tecnológico na informática e nas telecomunicações, tendo como panorama a lógica de produção capitalista e sua expansão.

Essa nova sociedade ultrapassa os limites de uma comunidade formada exclusivamente por Estados, a qual era marcada por uma espécie de anarquia entre os seus membros,² e possuía limites mais "rígidos", em razão, por exemplo, das ideias elementares de fronteira e soberania.³

Ademais, são acrescentados novos elementos, como riscos, incertezas e fracassos contrastantes aos avanços da sociedade

¹ MORIN, 2007, p. 74.

² WENDZEL, 1985, p. 16.

³ OLIVEIRA, 2004a, p. 193-196.

industrial,⁴ além do surgimento de novas tecnologias, de um novo cenário e de atores que antes não existiam ou não possuíam relevância alguma no âmbito planetário. Agora, passam a se articular, dentre outras frentes, "na constituição de uma cidadania mundial e no aumento dos fluxos das relações comerciais e das aplicações financeiras em montantes nunca antes imaginados, dando início a uma nova conformação: a sociedade internacional contemporânea".⁵

Essa nova sociedade, que é conceituada como "um conjunto de relações sociais e interdependentes, que constituem um todo", 6 ou ainda como "o complexo de relações sociais que distribuem o poder em nível mundial", 7 destaca-se pela existência de novas e sofisticadas conexões e estruturas, e, principalmente, pela alta complexidade. Esse parece ser um fator determinante em qualquer debate sobre o mundo atual, inclusive no campo das relações internacionais, que terminam por apresentar uma "crescente complexidade, polaridade incerta e acentuada tendência à integração e à criação de vínculos de cooperação entre os seus principais atores". 8

Tal é o terreno sobre o qual se situa o presente trabalho, e também sobre o qual se erguem os estudos recentes das relações internacionais, que passam a ter maior relevância e autonomia justamente após a Primeira Guerra Mundial, e que dão especial ênfase aos novos atores que emergem em cenário complexo e dinâmico.

Nessa vereda, e antes de partir para as classificações e divisões do conceito de ator, é necessário esclarecer melhor tal terminologia, desenvolver os principais atributos e também as diferenças em relação ao conceito de sujeito de direito utilizado na disciplina de direito internacional.

⁴ BAUMAN, 2008; BECK, 1997; GIDDENS, 2007.

⁵ BEDIN, 2001, p. 270.

⁶ ARENAL, 1994, p. 430.

⁷ BARBÉ, 1995, p. 107.

⁸ BEDIN, 2001, p. 269.

⁹ OLIVEIRA, 2004a, p. 40.

Segundo Oliveira, "o ator para assim se qualificar e desempenhar seu papel deverá ter competência para atuar e decidir, devendo participar significativa e eficazmente nas relações previamente definidas como fundamentais à sociedade internacional".¹⁰

Também na tentativa de conceituar o fenômeno, Esther Barbé ¹¹ entende que ator internacional é a "unidade no sistema internacional (entidades grupo, indivíduo) que tem habilidade para mobilizar recursos que lhe permitam alcançar seus objetivos, e capacidade para exercer influência sobre outros atores do sistema, e que goza de certa autonomia".

Por sua vez, e quanto aos vetores incidentes sobre tais agentes, interessante é o enfoque de Castanãres, ¹² que levanta uma série de determinantes englobadas, sejam elas de ordem geográfica, demográfica, econômica, militar, de segurança, político-jurídica, sociocultural-civilizatória, ideológico-sistema de valores e tecnológica, circunstâncias que apenas dão o tom inicial da complexidade que atravessa o tema.

Não obstante, e independente do conceito ou das variáveis a serem consideradas, um fator é central: o ator deve possuir elementos que lhe possibilitem exercer um alto grau de poder sobre as demais instâncias e atores sociais. Ou seja, o protagonismo é a peça-chave para caracterizar um ator internacional, englobando-se nesse aspecto os critérios de "habilidade, autonomia, influência e capacidade no desempenho de seu papel e na participação de relações significativas da vida internacional".¹³

Aqui também já se torna possível verificar as poucas preocupações, por parte das relações internacionais, com questões normativas e valorativas, fator esse que é um dos pontos que evidencia a diferenciação entre atores internacionais e sujeitos de direito. Na acepção de GüellPeris:¹⁴

¹⁰ OLIVEIRA, 2014, p. 19.

¹¹ BARBÉ, 1995, p. 117.

¹² CASTANÃRES, 2009, p. 37-62.

¹³ OLIVEIRA, 2014, p. 19.

¹⁴ GÜELLPERIS, 2010, p. 23-24.

os primeiros constituem atores de uma realidade material, na qual conduzem-se e se administram e, em ocasiões especiais, cooperam entre si para atingir interesses de todos os tipos, enquanto que os segundos, nesse mesmo entorno, ostentam uma margem de manobra e desenvolvimento ordenado por normas do Direito Internacional, por meio da atribuição dos direitos e obrigações, além da capacidade para efetivá-los nos âmbitos da ação própria desse ordenamento jurídico.

Em outras palavras: a noção de sujeitos de direito está vinculada a uma série de atributos normativos, requisitos legais, direitos, obrigações e sanções, enquanto a expressão atores internacionais está vinculada ao poder das ações de determinados agentes no cenário mundial. Aliás, e mais uma vez, aqui se observa a mudança de paradigmas, porque o mundo não mais é composto apenas por Estados e organizações deles derivadas. Com a nova dinâmica social, não há como controlar o número de atores, regulamentar sua criação e estrutura e, muito menos, seus atos e impactos na sociedade globalizada.

A partir desses referenciais, é possível adentrar nas várias classificações doutrinárias sobre o tema. Pode-se destacar a abordagem de Oliveira, que elabora o parâmetro eclético, formado por três agentes. São eles os denominados atores tradicionais (estados e seus desmembramentos estatocêntricos), os novos atores (organizações governamentais e não governamentais, bem como as empresas transnacionais), e os atores emergentes (todos aqueles que destacam seu protagonismo em diferentes cenários e múltiplos universos, sejam grupos privados ou públicos, indivíduos ou partidos políticos, associações religiosas ou crime organizado, movimentos de libertação nacional ou sindicatos, opinião pública ou mídia).

Destaca-se a existência ainda de diversas outras classificações e teorias, porém a tipologia que aqui se adotará será a binária (atores estatais e não estatais), a qual foi estabelecida por Phillip Taylor,¹⁶ responsável pela ideia de que não é necessário e muito menos viável citar os inúmeros atores não estatais existentes, em

¹⁵ OLIVEIRA, 2014, p. 100-102.

¹⁶ TAYLOR, 1984, p. 20-22.

razão da própria dinâmica da sociedade atual, assim como dos multifacetados interesses e funções de tais grupos.

E, na busca de melhor explorar tal tipificação, Oliveira argumenta ¹⁷ que os principais elementos que contribuíram para esses novos contornos foram:

evolução da tecnologia informacional, às redes de rede, a comunicação instantânea, robótica, a mudança dos meios de produção, a globalização financeira e do comércio, a economia neoliberal e o mercado mundial, a interdependência e a transnacionalidade, culminando com a fragmentação estatal e a perda gradativa de seu poderoso protagonismo.

Assim, no entremeio dessas mudanças, o Estado se vê impotente, os atores não estatais se multiplicam, assim como a circulação dos valores e ideologias por eles propagados, e os indivíduos buscam se conscientizar de sua realidade e, a partir da solidariedade, lutar e resistir por seus interesses .¹⁸

E, dentre essa multiplicidade de atores que foram surgindo nos últimos anos, alguns deles ganharam especial destaque, tais como os Estados, as organizações internacionais governamentais, as organizações não-governamentais e as empresas transnacionais, impondo-se identificar algumas de suas características e funções.

O primeiro desses atores (o Estado) é fortemente marcado pela sua estruturação em povo, território e governo, e destaca-se pelo fato de possuir ainda muito poder, ao mesmo tempo em que observa seu protagonismo definhar com as mudanças decorrentes do processo de globalização. O surgimento de novos atores, a abertura dos mercados e a dimensão global dos problemas que antes eram apenas locais, dentre outros fatores, fragilizam progressivamente sua capacidade de atuação, bem como de mobilizar recursos para o alcance de seus intentos.¹⁹

Ainda se ressalta que houve uma proliferação de tais atores na década de 60 do século XX, muito em razão dos processos de des-

¹⁷ OLIVEIRA, 2014, p. 107.

¹⁸ OLIVEIRA, 2014, p. 109.

¹⁹ OLIVEIRA, 2004a, p.193.

colonização, o que acarretou momentos de libertação, independência e autonomia. Porém, também revelou uma profunda carência de recursos humanos para a construção de projetos e políticas sólidas nos novos países, fator esse que é um demonstrativo da profunda desigualdade entre os entes respectivos e que destaca a influência de múltiplas variáveis na sua atuação e poder, tais como a questão econômica, militar, social, dentre outras.²⁰

No que concerne às organizações internacionais, observa-se que elas possuem um histórico de mais reconhecimento e profundidade, e podem ser consideradas como "uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros". ²¹ Ou, nos termos de Diez de Velasco, ²² "associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordos internacionais, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregados de gestionar interesses coletivos e capazes de expressar vontade juridicamente distinta daquelas de seus membros".

Aqui, o que se busca é um diálogo (cooperação) entre Estados, com o intuito de minimizar os conflitos e criar rotas alternativas de abordagem e solução para resolução dos problemas surgidos,²³ através de um corpo independente, com órgãos permanentes (deliberativos, executivos e administrativos), normatização própria e uma espécie de pretensão universal.

Além disso, segundo Bedin,²⁴ os poderes, atribuições ou competências de tais organizações estariam enquadrados basicamente nas seguintes categorias: concluir tratados; estrutura de privilégios e imunidades; capacidade de patrocinar reclamações internacionais; proteção funcional de seus agentes e familiares; possibilidade de recorrer a tribunais internacionais; poder de assumir responsabilidades; poder de assumir a administração do território; e direito de missão e poder de reconhecer Estados.

²⁰ OLIVEIRA, 2004a, p. 196-203.

²¹ SEITENFUS, 1997, p. 26-27.

²² DIEZ DE VELASCO, 1997, p. 41.

²³ BARBÉ, 1995.

²⁴ BEDIN, 2001, p. 289-291.

Por fim, a primeira organização deste gênero foi, na opinião de Merle e Barbé, ²⁵ a Comissão Central para a Navegação do Reno, em 1815, e os exemplos mais expressivos são a Sociedade das Nações, a OIT e a própria ONU.

Relativamente às organizações não-governamentais (ONGs), ressalta-se que elas possuem origens ainda na Idade Média, porém conquistaram maior protagonismo apenas depois das décadas de 70 e 80 do século XX, muito talvez pelos espaços vazios deixados pelo Estado na sua crise emergente de governança.

Sua força, portanto, adveio do "declínio da forma tradicional de participação, do voto direito, da filiação partidária e de membro da União".²⁶ Ou melhor: "das necessidades da própria sociedade, que busca, através delas, suprir suas demandas e delinear formas alternativas de solucionar os seus problemas".²⁷

Acerca de sua conceituação, Heredia ²⁸ estabelece que tais organizações são:

aquelas associações, fundações e instituições privadas, fruto da iniciativa privada ou mista, com exclusão de todo corpo intergovernamental, constituídas de maneira duradoura, espontânea e livre por pessoas, privadas ou públicas, físicas ou jurídicas, de diferentes nacionalidades que, expressando uma solidariedade transnacional, perseguem, sem espírito de lucro, um objetivo de interesse internacional, e têm sido criadas de conformidade com o direito interno de um Estado.

Cabe notar que essas "estruturas [mais ágeis e flexíveis] voluntárias da cidadania", ²⁹ que tem como principais expoentes a Cruz Vermelha, o Greenpeace, a Anistia Internacional e os Médicos sem Fronteiras, podem ser divididas em organismos de concentração e de intervenção. Enquanto os primeiros dizem respeito às entidades com gestões permanentes, contínuas e com estabelecimento de metas, os

²⁵ MERLE, 1991; BARBÉ, 1995.

²⁶ VIEIRA, 1999, p. 162.

²⁷ BEDIN, 2001, p. 297.

²⁸ HEREDIA, 1990, p. 102.

²⁹ BEDIN, 2001, p. 296.

últimos referem-se a grupos com interesse em questões desafiadoras, tais como as envolvendo o meio ambiente e os direitos humanos.³⁰

Cumpre sublinhar ainda que um dos aspectos mais delicados verificados na organização e atuação de tais entidades diz respeito ao seu financiamento. Não obstante não possuam fins lucrativos, elas necessitam de recursos para alcançar os seus objetivos. E é nesse ponto que surgem problemas, como falta de transparência, perda da autonomia e também da independência, o que acaba gerando, em muitos casos, a diminuição da credibilidade em tais atores e a impossibilidade em consubstanciar uma performance mais ativa e eficiente.³¹

No tocante às empresas transnacionais, salienta-se que elas atuam desde o início do século XIX, momento em que se sobressaiam os setores de extração de carvão, indústria farmacêutica e produção de alimentos,³² e as empresas Bayer (alemã; 1963) e Nestlé (suíça; 1867) eram, dentre outras, as mais notáveis nesse início. Não obstante, ganharam relevância apenas nas últimas décadas (em especial no período entre guerras), e sua universalização se concretizou a partir de então e com mais força depois de 1990, porque a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial possibilitou o expressivo crescimento das empresas, mormente as do setor automobilístico e petroquímico.

A partir daí, pode-se afirmar, com Merle,³³ que tais atores "penetram através das fronteiras e provocam em seu caminho perturbações que afetam o mercado de trabalho, o nível de vida das populações, o fluxo de capitais, o câmbio de moedas e o balanço de pagamentos". Eles são protagonistas no cenário mundial e influenciam diretamente o cotidiano das pessoas e as decisões políticas dos Estados, tanto que hoje já se afirma que os Estados estão à mercê de tais empresas, demonstrando assim sua inegável característica de ator internacional e o visível declínio dos Estados.

³⁰ OLIVEIRA, 2004a, p. 224.

³¹ OLIVEIRA, 2004a, p. 232-234.

³² BEDIN, 2001, p. 309-310.

³³ MERLE, 1991, p. 290.

Tal situação é deveras preocupante, principalmente se for levado em consideração que tais agentes são "entidades significativamente diferentes dos outros atores internacionais", porque "os seus fins buscam apenas a maximização do lucro e a minimização dos custos, voltados à competitividade global", não havendo demonstração de qualquer preocupação e atitudes direcionadas "à construção de espaços públicos democráticos e alimentadores de estruturas políticas voltadas à consolidação da sociedade civil mundial e à cidadania global". Sese rápido diagnóstico já é capaz de demonstrar um dos lados perversos do processo de globalização que conforma o novo cenário mundial: o predomínio dos grandes atores econômicos globais.

3 OS MOVIMENTOS TERRORISTAS COMO ATORES EMERGENTES

Aprofundando-se a pesquisa acerca da sociedade internacional contemporânea e seus atores, depara-se com um elemento de extrema importância para a compreensão da nova realidade que se apresenta: as redes. Elas possuem íntima relação com o fenômeno da globalização, que, de uma forma ou outra, possibilitou a transformação do cenário mundial, a partir, por exemplo, da abertura de fronteiras reais ou virtuais e da revolução tecnológica informacional, com todos os prós e contras daí advindos.

Nesse sentido, Castells ³⁵ afirma que a citada revolução induziu "um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura", porque, graças a tal episódio, e apesar de não serem um acontecimento recente, "as redes [conjuntos de nós interconectados] constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura".³⁶

³⁴ BEDIN, 2001, p. 317-318.

³⁵ CASTELLS, 2008, p. 68.

³⁶ CASTELLS, p. 565.

Sua importância também é ressaltada por Oliveira,³⁷ ao introduzir profundas reflexões sobre o tema e sua relevância para as relações internacionais:

vive-se a era da rede, de nós interconectados até com a própria vida - redes de redes de nossas vidas - uma ampla e complexa cadeia de existências, conformada pelas instituições estatais hierárquicas e centralizados em crise, pelas dominantes corporações transnacionais e suas forças de governança privada, pela nascente sociedade civil global e seus movimentos de lutas e resistências e, enfim, pelas guerras e contraguerras digitadas, comandados pela virtualidade transacional. Dessa forma, as redes passaram a ser concebidas como o tipo de organização mais sofisticada e poderosa que a humanidade jamais concebeu e conheceu.

Está-se à frente, portanto, de um desenvolvimento nunca antes visto, e que possibilita "o uso da comunicação instantânea interconectada, por meio de um poderoso sistema de redes e seus sofisticados canais [...]".³⁸ Tal é a importância desse novo fenômeno, que ele provocou a criação de uma cultura própria,³⁹ com novos valores e conexões transnacionais, o que possibilitou profundas transformações sociais, assim como na atuação dos atores internacionais, principalmente a partir da difusão da internet, caracterizada por Castells ⁴⁰ como o novo "tecido de nossas vidas".

Assim, com uma "arquitetura flexível, ausência de um comando central e a autonomia máxima de cada nó [...] o sucesso do projeto da comunicação instantânea, na atualidade, resulta evidente no âmbito da aldeia global digitada". ⁴¹ E com a transgressão de fronteiras e distâncias, a comunidade da internet, a partir dos "efeitos da alta tecnologia, forma virtual de funcionamento e sua estrutura volatizada em rede" passa a se consolidar e afirmar o êxito de sua forma de organização, a qual permeada por um "espírito prático e

³⁷ OLIVEIRA, 2016, p. 40.

³⁸ OLIVEIRA, 2016, p. 41-42.

³⁹ LÉVY, 1997.

⁴⁰ CASTELLS, 2003, p. 07.

⁴¹ OLIVEIRA, 2016, p. 54.

utilitário, com menos custos, máxima eficiência e rapidez, desconhecendo - com o seu sentido de liberdade - limites e os regulamentos na realização de seus objetivos". 42

Está preparado, assim, o terreno perfeito para a evolução e aperfeiçoamento dos chamados atores emergentes, que "lutam para conquistar espaço na sociedade internacional e pelo seu reconhecimento entre os demais atores". 43

Esses atores seriam, na perspectiva de Papisca,⁴⁴ atores com *status adquirido* (ou em processo de), ou seja, agentes que, através de sua capacidade de atuação, e não de sua condição jurídica, conseguiram alcançar seu respectivo espaço e poder na sociedade internacional.

Em outras palavras: atores em formação, buscando espaço no globo, sem uma atuação mais íntegra ou consistente, mas muitas vezes ainda fragmentada, irregular e dispersa, assim como a própria sociedade atual; atores que também demonstram a "viragem" de paradigmas, do realismo para a interdependência e o construtivismo social. Afinal, os Estados perdem poder, enquanto uma multiplicidade de outros agentes ganha espaço e as relações se complexificam.

No entanto, conforme alerta Oliveira,⁴⁵ existem atores de índole pacífica e outros de caráter violento, de modo que ambos se utilizam da rede global, e aos poucos evoluem e se solidificam, construindo novos cenários e estabelecendo suas agendas.

Como exemplos do primeiro grupo, há os movimentos sociais globais e movimentosde gênero (como o feminista) e de ideologia (como o zapatista), os quais receberão atenção inicialmente, embora sejam também relevantes outros, como a opinião pública e a mídia.

No caso dos movimentos sociais globais, o objetivo centra-se em discutir e criticar o formato atual da globalização, a globalização

⁴² OLVIEIRA, 2016, p. 67-68.

⁴³ OLIVEIRA; DA SILVA, 2011, p. 70.

⁴⁴ PAPISCA, 1973, p. 154.

⁴⁵ OLIVEIRA, 2016, p. 69.

dita neoliberal, *de cima*,⁴⁶ negativa,⁴⁷ ou perversa,⁴⁸ que distribui de forma muito injusta tanto a riqueza, quanto os benefícios da globalização. A busca de um "outro mundo" possível e de novas formas de desenvolvimento é proposta recorrente.

Já no que concerne aos movimentos feministas, transnacionalizados de forma mais efusiva na década de 90, do século passado, ao menos na América Latina, a questão central é o debate de gênero, para enfrentar a sociedade patriarcal dominante. O patriarcado é um elemento próprio dessa sociedade e, em razão da consequente exclusão das mulheres, que se solidarizam com outros grupos excluídos que lutam prioritariamente contra a globalização, surge um novo ator em formação movido pela crítica à definição social de lugares e papeis.⁴⁹

Por fim, e reconhecendo-se a existência de muitos outros grupos, destaca-se o Movimento Zapatista Mexicano, que, representado por indígenas de diversos grupos étnicos, e apoiados por diversas ONGs locais e globais, lutam pelos direitos humanos e indígenas.⁵⁰ A luta é delicada, muitas vezes sangrenta, e carrega consigo elevados valores, em razão de todos os massacres ocorridos nos processos de colonização, fatos notórios dessa triste página da história mundial.

Porém, e como já mencionado, a nova sociedade também possibilitou o surgimento (ou aperfeiçoamento) de grupos de índole violenta, tais como as organizações criminosas e os movimentos terroristas, ⁵¹ os quais representam o objeto principal do trabalho.

Inicialmente, impõe-se ressaltar algumas questões históricas e conceituais acerca do fenômeno, que constitui um dos temas mais instigantes, complexos e polêmicos da atualidade. Tal assertiva é facilmente comprovada a partir da simples circunstância de que

⁴⁶ DE FAZIO, 2012.

⁴⁷ BAUMAN, 2008, p. 126.

⁴⁸ SANTOS, 2015, p. 55-56.

⁴⁹ REYNALDO, 2014, p. 397 e ss.

⁵⁰ OLIVEIRA, 2016, p. 70.

⁵¹ OLIVEIRA, 2016, p. 69.

ainda não há um consenso quanto ao próprio conceito de terrorismo, porque isso decorre, em muito, dos obscuros interesses dos Estados que dele se utilizam (de forma silenciosa e sem grande publicidade), como também em virtude de discussões relevantes, tais como o conceito de crime internacional,⁵² e a existência de outros grupos e entidades com características por vezes semelhantes (caso das organizações criminosas, grupos de resistência, etc.).

A titulo de exemplo, menciona-se que várias foram as Resoluções criadas pela ONU na tentativa de estabelecer um conceito de terrorismo, assim como dos atos assim perpetrados.⁵³ Em países como os Estados Unidos, há várias definições oriundas das mais diversas instituições.⁵⁴

De todo modo, é possível dizer, de forma aproximativa, que ele se caracteriza como o "uso de ameaça ou o emprego de violência com o propósito de intimidar ou coagir (geralmente, por motivos políticos, religiosos ou correlatos)", independente dos perpetradores;⁵⁵ ou, ainda, como um "ato (ou uma série de atos) ou ameaça de extrema violência contra pessoas e/ou coisas, tais como atentados a bomba ou outras armas mortíferas",⁵⁶ visando "coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objetivos políticos ou ideológicos".⁵⁷ Apesar dos referenciais teóricos diversos, é possível observar que os elementos-chave de tal fenômeno são a violência, o medo e a intimidação.⁵⁸

Não obstante, apesar de tais elementos serem capazes de caracterizar os atos violentos levados a cabo na atualidade, é necessário observar que tal fenômeno passou por profundas mudanças ao longo da história até chegar ao que hoje é conhecido como "terrorismo islâmico", que é considerado o tipo mais debatido e

⁵² CRETELLA NETO, 2009, p. 140 e 159.

⁵³ MEYER, 2012, p. 364-372.

⁵⁴ WILLIAMS; HEAD, 2010, p. 22.

⁵⁵ CHOMSKY, 2006, p. 09.

⁵⁶ CRETELLA NETO, 2008, p. 21.

⁵⁷ MEYER, 2012, p. 372.

⁵⁸ WILLIAMS; HEAD, 2010, p. 21.

atemorizador (apesar das críticas, que aqui não serão aprofundadas, de teóricos como Hobsbawm, ⁵⁹ que contestam o seu real poder e alcance, afirmando também que o número de vítimas é bem maior nos casos de atos produzidos pelos próprios Estados).

Assim, e voltando à história, pode-se afirmar que, desde os seus primórdios até o final da primeira metade do século XX, o terrorismo era inicialmente concebido como uma forma de proteger a ordem interna de um determinado território, buscando aterrorizar os inimigos que sobrevinham da parte externa, numa espécie de "terrorismo de Estado". Nas palavras de Cretella Neto,⁶⁰ ele era marcado pelo "uso ilegal da violência ou repressão perpetrados ou patrocinados por um Estado contra todos ou alguns de seus nacionais, baseado em discriminação social, racial, religiosa ou cultural, ou contra os cidadãos de um território ocupado ou anexado por este Estado ou contra cidadãos de países vizinhos ou distantes".

Ainda dentro de tal perspectiva, Cretella Neto ⁶¹ acrescenta que os primeiros registros de tal fenômeno teriam se dado na Antiguidade, com as lutas perpetradas pelos judeus contra os dominadores romanos. Esse também é o argumento de Williams e Head, que mencionam, além desse grupo de judeus (conhecido por zelotes), outro grupo (denominado *sicarii*) que combatia os "aliados" considerados infiéis.⁶²

Além desses, é possível identificar alguns outros movimentos que marcaram o seu desenvolvimento, tais como a Inquisição realizada pela Igreja Católica na Idade Média e o terrorismo praticado por Robespierre contra os movimentos sociais no século XVII.⁶³ Esse último foi responsável por marcar o início da trajetória do movimento na modernidade, e também por incluir o termo "terrorismo" no vocabulário europeu.⁶⁴

⁵⁹ HOBSBAWM, 2007, p. 46.

⁶⁰ CRETELLA NETO, 2008, p. 40.

⁶¹ CRETELLA NETO, 2008, p. 87-106.

⁶² WILLIAMS; HEAD, 2010, p. 19.

⁶³ CRETELLA NETO, 2008, p. 87-106; DUARTE, 2014, p. 24-28.

⁶⁴ WILLIAMS; HEAD, 2010, p. 19.

De todo modo, segundo Williams e Head, o conceito do uso estruturado do terrorismo teria surgido com os revolucionários russos, em 1870, enquanto o formato atual "possivelmente remonta à metade do século XIX, quando um revolucionário italiano, Carlo Pisacane, propôs que o terrorismo poderia transmitir uma mensagem para a plateia e chamar sua atenção para uma causa, além de conquistar também seu apoio". 65

E esse modelo contemporâneo ganhou um maior protagonismo e visibilidade a partir dos anos 60 do século passado, em razão do surgimento de grupos como a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e o IRA (Exército Republicano Irlandês), 66 além dos notáveis ETA (Pátria Basca e Liberdade), Hamas (Movimento de Resistência Islâmica), e os atuais Al-Qaeda e ISIS. Também devem ser destacados, nesse ponto, os acontecimentos marcantes do atentado nas Olimpíadas de Munique, em 1972, e dos inesquecíveis e assombrosos atos perpetrados em 11 de setembro de 2001.

Aqui, inicia-se uma nova fase do terrorismo, que passa a ser provocado por pequenos grupos particulares, que vão descobrindo os benefícios da globalização e da rede, seja na comunicação ou mesmo na sua estruturação celular, e que são fortemente marcados pelo radicalismo político-ideológico e religioso.

Mas como se chegou a tal ponto? Quais as raízes de tal movimento? Quais os fatores que possibilitaram seu crescimento?

Diversos fatores foram colaborando para esse quadro, sendo destacada a chamada ocidentalização do mundo, a intensificação da globalização e o processo de descolonização, dentre outros.⁶⁷

Esses elementos foram construindo, portanto, terreno para o surgimento e crescimento de grupos terroristas sob diversos matizes e fundamentos. Um deles é o de que o terrorismo seria a manifestação contemporânea do conflito, e teria motivações intelectuais e culturais; outro é o de que o terrorismo apresentaria um viés ideológico, mantendo-se nos moldes dos conflitos armados

⁶⁵ WILLIAMS; HEAD, 2010, p. 19-20.

⁶⁶ WILLIAMS; HEAD, 2010, p. 20.

⁶⁷ MEYER, 2012, p. 374-380.

do século XX; outro ainda é o de que essa forma atual de conflito estaria substituindo a Guerra Fria e sua fundamentação estaria na tentativa do Ocidente de impor seu modo de vida ao Oriente, assim como a supremacia do primeiro, no que tange principalmente às áreas militar, institucional e econômica.⁶⁸

Também na tentativa de resgatar as raízes de tal estado de coisas, e já estabelecendo os seus principais contornos, Meyer ⁶⁹ argumenta que:

a era Colonial, os fracassos ocorridos na evolução de citados na fase póscolonial, e a criação de Israel serviram de panorama para o surgimento de transformações antiocidente no mundo árabe-islâmico. O terrorismo passou a servir como meio de busca de objetivos políticos. Em que pese a perda de poder Muçulmano, o reordenamento geopolítico do planeta depois da Segunda Guerra motivou o surgimento do atual fundamentalismo islâmico, primeiro com o objetivo de protestar contra o nascimento de Israel e, depois de atacar a política externa dos Estados unidos, significado uma mensagem de rechaço contra a influência da civilização ocidental.

Assim, em geral, tais entidades seriam constituídas por uma espécie de idealismo destrutivo e negativo, unindo sentimentos como ódio, desesperança e certo caráter niilista, que fazem com que o "ressentimento com o Ocidente, o fundamentalismo islâmico e o terrorismo religioso [sejam] as causas da formação da resistência política articulada com o terror, legitimando a *Jihad* e a Guerra Santa com o Ocidente".⁷⁰

Aprofundando a questão, seria uma "espécie de terrorismo religioso e ideológico praticado por aqueles cujas motivações estão enraizadas nas suas interpretações a respeito do Islã",⁷¹ fator esse que caracteriza o denominado fundamentalismo.

Sobre as diferenças entre os tipos de terrorismo, Cretella Neto ⁷² argumenta o que o terrorismo islâmico moderno é diferente

⁶⁸ FERNÁNDEZ, 2005, p. 37-44.

⁶⁹ MEYER, 2012, p. 382.

⁷⁰ MEYER, 2012, p. 383.

⁷¹ MEYER, 2012, p. 372.

⁷² CRETELLA NETO, 2008, p. 115.

do tradicional, em virtude do seu caráter transnacional e global; da escolha de vítimas aleatórias; da utilização de instrumentos potentes de destruição; de ser marcado pelo fundamentalismo islâmico e contar com a abundância de recursos econômicos, principalmente com o crescimento do narcotráfico internacional e uma rede de financiamento complexa.

Nesse ponto, importantíssimo trazer à tona a análise de Cardoso,⁷³ que, também na tentativa de melhor elucidar o fenômeno, sustenta que

portanto, o que se verifica quanto aos autores desses atos terroristas é que, apesar de suas atividades serem de cunho político, eles não têm ligação direta com nenhum ator governamental, o que já os diferencia dos outros tipos de terrorismo vislumbrados na história. Outro fator que os torna diferentes é que os terroristas transnacionais possuem uma real 'autonomia de ação no sistema internacional', atuando em um espaço não limitado territorialmente.

Por esse ângulo, fica patente a relevância dos estudos empreendidos dentro das relações internacionais e as íntimas conexões entre o novo cenário mundial, o avanço da globalização e a sofisticação das redes, além, é claro, da força e alcance dos meios de comunicação de massa.

Esse novo terrorismo é, antes de tudo, global, marca o surgimento de novos e influentes atores, principalmente no plano simbólico, e revela uma nova estrutura de organização e atuação.

Sobre o aspecto da estrutura, Bauman ⁷⁴ afirma que essas novas redes terroristas seriam uma espécie de variedade de "nanotecnologia", onde "o tecido rasgado é imediatamente reconstruído e as células perdidas são substituídas". Alerta ainda que, em razão da globalização, o terrorismo não possui mais território, e que tal fator evidencia o enfraquecimento da soberania dos Estados e a ineficácia das medidas usuais de segurança.⁷⁵ Afinal,

⁷³ CARDOSO, 2014, p. 142.

⁷⁴ BAUMAN, 2008, p. 142.

⁷⁵ BAUMAN, 2008, p. 165.

não importa quantos guardas de segurança de fronteira, instrumentos biométricos e cães farejadores de explosivos possam ser empregados em portos, fronteiras que já estão abertas e assim permanecem pelo e para o capital livremente flutuante, mercadorias e informações não podem ser novamente lacradas e assim mantidas contra os seres humanos.⁷⁶

Ainda nessa vereda, e após ressaltar que os grupos de índole religiosa seriam os que mais destruição provocam, Oliveira ⁷⁷ observa, com apoio em Jordán, ⁷⁸ que o terrorismo pode ser utilizado de duas formas básicas: como estratégia principal de um determinado grupo ou como mero auxiliar nas ações realizadas. Além disso, também admite que não há uma estrutura organizada, com um chefe definido, ⁷⁹ ocorrendo complexos concertos que se utilizam de redes sofisticadas que atualmente podem ser representadas por desenhos de estrelas, cadeias ou correntes, circulares, etc.

Em outras palavras, e com aporte em Arquilla e Ronfeldt, 80 Oliveira 81 confirma que "tais atores violentos frequentemente utilizam redes de desenhos com estrutura bem distribuída, caracterizada por zonas dispersas, conectadas de forma múltipla, ligadas por cadeias pouco rígidas e cuja descentralização permitirá implementar projetos no exato tempo da realização de seus atentados". Isso deixa claro que o "poder está mudando de lugar e de protagonistas, que dependem cada vez mais dos modelos de estruturas em redes, da virtualidade do conhecimento e da informação e da extraordinária comunicação instantânea e uso da internet".82

Esse novo poder, agora como poder das redes e poder simbólico, é sustentado ideologicamente pelas fascinantes imagens e montagens que essa nova era informacional proporciona, 83 prin-

⁷⁶ BAUMAN, 2008, p. 142-143.

⁷⁷ OLIVEIRA, 2014, p. 86-88.

⁷⁸ JORDÁN, 2011, p. 45.

⁷⁹ OLIVEIRA, 2014, p. 88.

⁸⁰ ARQUILLA; RONFELDT, 2003.

⁸¹ OLIVEIRA, 2016, p. 69.

⁸² OLIVEIRA, 2016, p. 75.

⁸³ OLIVEIRA, 2014, p. 96.

cipalmente pelas maravilhas decorrentes da internet, que facilita o rápido direcionamento de imagens e mensagens ao imaginário social, porque dessa maneira

as notícias de atos violentos inicialmente atraem as atenções, para depois atemorizar e dominar pelo medo. Dessa forma, os agentes violentos vão manipulando imagens, ideias e pensamentos, provocando o terror psicológico, paralisante em vez de destrutivo e assim vão tornando-se tão letais como são os próprios ataques físicos, o que ainda representa, por outro lado, uma forma de detestável conquista de protagonismo de poder.⁸⁴

E é exatamente buscando explorar melhor essa nova realidade marcada pelos meios de comunicação articulados em complexas redes, e pelo protagonismo de um poder imaterial (simbólico), que o terceiro ponto do trabalho procurará se desenvolver, a fim de contribuir para esmiuçar ainda mais o fenômeno terrorista e seus desmembramentos, além de proporcionar elementos para as conexões e reflexões finais.

4 O PODER SIMBÓLICO DO PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS

O poder acompanha a humanidade desde seus primórdios e é algo de difícil conceituação e caracterização. Onde ele se encontra? De que forma é exercido? Pode ser também discreto e sutil?

Vários são os questionamentos que cercam seu estudo. Contudo, os debates recentes sobre o tema convergem para duas categorias: "poder sobre" e "poder para".

A primeira delas, considerada clássica, encontra apoio em teóricos como Thomas Hobbes, 85 os quais definem um poder que representava uma disposição para a violência e opressão, que incidia tanto sobre corpos, como sobre mentes, não havendo qualquer mirada na possibilidade de atos como o diálogo e consenso serem elementos caracterizadores ou produtores de poder.

⁸⁴ OLIVEIRA, 2016, p. 76.

⁸⁵ HOBBES, 1957, p 64.

E foi justamente essa última perspectiva (do diálogo e da colaboração) que auxiliou nas formulações de Michel Foucault ⁸⁶ e Pierre Bourdieu, ⁸⁷ que passaram a compreender a possibilidade de um poder produtivo ou capaz de concertar cooperação "para" transformar a realidade.

Não obstante a importância de todos esses autores, a primeira teórica que identificou essa nova categorização do poder e criou a terminologia foi Hanna Fenichel Pitkin, que destacou a possibilidade de uma pessoa exercer poder sobre outra (s), bem como de (sozinha, ou com outras pessoas) realizar determinadas ações de cunhos distintos.⁸⁸ Em outras palavras, ela reconhece que tais poderes estão interligados, e,mais do que isso, seriam duas faces da mesma moeda.

Também é de extrema importância a abordagem de Haugaard, ⁸⁹ o qual, aperfeiçoando essa ideia, argumenta que tanto os conflitos como os consensos instituem relações de poder, podendo haver diversas variações entre as posições e razões dos agentes envolvidos. Ainda nessa vereda, cabe enfatizar que o "poder não é dado ou inato, mas sim produzido ou construído pelo diálogo e consenso pela sociedade e, assim, o exercício do poder não conduz apenas a uma exclusão de atores ('jogos de soma zero')". ⁹⁰

Observa-se, nesse ponto, portanto, a insuficiência da ideia de conflito (reinante dentro do paradigma realista das relações internacionais) para explicar de modo satisfatório o conceito de poder, sendo necessário recorrer a elementos como consenso e diálogo, e perceber fatores que talvez não sejam tão visíveis como a simples sujeição que se verifica no poder "sobre". Afinal, como já alertado pelos teóricos construtivistas, as ideias podem ser muito mais valiosas que os tanques e o ouro ou qualquer outra expressão de poder material ou físico.

⁸⁶ FOUCAULT, 1980, p. 72.

⁸⁷ BOURDIEU, 1991, p. 166.

⁸⁸ PITKIN, 1972, p. 276-277.

⁸⁹ HAUGAARD, 1997, p. 137-141.

⁹⁰ OLSSON, 2014, p. 148-149.

Aliás, é necessário pontuar que, com esses marcos teóricos, torna-se possível entender como as ideias interferem, em muito, por exemplo, nas relações internacionais, mormente se verificados os novos atores, tais como organizações não-governamentais, que surgem justamente a partir de referenciais de cooperação e união, a fim de construírem algo maior do que a somadas partes.

De todo modo, e voltando aos importantes contributos dos estudiosos do tema, não poderia ser esquecido Michel Foucault, o qual foi capaz de perceber que o poder está até nas coisas mais simples e banais, constituindo o que ele denominou "microfísica", onde se relacionam o saber e o discurso. Para ele, o poder deve ser visto a partir das duas perspectivas aqui já assinaladas ("para" e "sobre"), de modo que ele constitui "uma rede produtiva que corre através de todo o corpo social, mas muito mais que uma instância negativa cuja função é repressão", presente em relações de toda natureza, como na família e nas escolas.⁹¹

Porém, o autor que talvez melhor tenha trabalhado tal perspectiva foi Pierre Bourdieu, que tinha a clara noção de que as relações de poder nem sempre são visíveis, mormente em uma sociedade complexa e estruturalmente ramificada. A partir dessa percepção, ele identificou o poder simbólico, definindo-o como "[...] aquele poder invisível que pode ser exercido somente com a cumplicidade daqueles que não querem saber que eles são sujeitos a ele ou mesmo que eles próprios exercem ele". 92

Segundo o teórico, constitui-se em "[...] um poder quase mágico que permite a alguém obter o equivalente do que é obtido mediante força (seja física ou econômica) pela virtude do específico efeito da mobilização [...]". Chama à atenção, sobremaneira, a ponderação do autor de que constitui "[...] um poder que pode ser exercido somente se ele é reconhecido, isto é, confundido como arbitrário".⁹³

Aliás, o poder reside não apenas nas verbalizações, mas na crença de que os atores que as emanam são legítimos: "[o] que

⁹¹ FOUCAULT, 1980, p. 119.

⁹² BOURDIEU, 1991, p. 164.

⁹³ BOURDIEU, 1991, p. 170.

cria o poder de palavras e slogans, um poder capaz de manter ou subverter a ordem social, é a crença na legitimidade de palavras e naqueles que as proferem. E palavras sozinhas não podem criar essa crença".⁹⁴

Para Bourdieu, portanto, o poder não se localiza no sistema, mas na relação entre os atores: "[i]sso significa que o poder simbólico não reside em 'sistemas simbólicos' na forma de uma 'força ilocucionária', mas que ele é definido em e mediante uma dada relação entre aqueles que exercem o poder e aqueles que se submetem a ele [...]", ou seja, o ponto nevrálgico está "[...] na própria estrutura do campo no qual a crença é produzida e reproduzida".95

Dentro desta ótica estão, por exemplo, os meios de comunicação, que, na visão do referido autor, podem servir de instrumentos de dominação implícitos, em razão de que o simbolismo esconde-se em categorias, estereótipos, ideologias e discursos legitimadores. Isso pode ser facilmente verificado, por exemplo, "[n]a suposta 'verdade' emanada das fontes de informação dos serviços de 'inteligência' de um Estado, que podem (e mesmo puderam) justificar guerras, embora, logo a seguir, se verificasse que a crença na legitimidade dos interlocutores e a manipulação discursiva foram as únicas 'verdades' na realidade internacional".96

No exercício do poder simbólico, porém, a mídia cumpre um papel central na sociedade contemporânea globalizada. E, retomando os caminhos midiáticos, algumas questões se levantam: Qual é a profundidade do alcance dos meios de comunicação de massa? Qual seu verdadeiro poder de influência? Que elementos interferem no processo que começa com o acontecimento, passa por sua seleção e veiculação até chegar à recepção pelo público? Como construir parâmetros que permitam uma análise segura e mais "completa" acerca do alcance e poder dos *media*? Como graduar o poder de outras instituições e processos incidentes sobre tal relação?

Aqui, percebe-se que as dúvidas são tortuosas e complexas, e as respostas devem perpassar diversos campos do saber. No âmbito

⁹⁴ BOURDIEU, 1991, p. 170.

⁹⁵ BOURDIEU, 1991, p. 170.

⁹⁶ OLSSON, 2014, p. 156.

do presente estudo, porém, apenas se buscará selecionar algumas construções feitas por importantes teóricos do tema, almejando conectar com as questões simbólicas e a atuação dos grupos terroristas.

Em primeiro lugar, pela dinâmica da sociedade atual, marcada por espetáculo, redes e riscos, o poder da mídia, que já é considerada um ator emergente, como atenta Oliveira, ⁹⁷ alcança um grau cada vez maior de abrangência, porquanto é quase impossível encontrar, por exemplo, uma residência que não possua um aparelho televisor (os quais também se fazem presentes em restaurantes, aeroportos e embutidos em aparelhos celulares). A comunicação com o "mundo dos fatos" na era globalizada é quase que inteiramente mediada pelos meios de comunicação de massa, os quais geralmente são de propriedade de alguns poucos megaconglomerados econômicos.

Apesar de convergirem quanto ao grande poder da mídia, as pesquisas existentes sobre o tema estabelecem conclusões diferentes quanto à maneira como tal relação se dará, podendo-se citar, de forma resumida, autores que acreditam na existência de uma relação quase que mecânica entre a informação repassada na mídia e a alteração da opinião ou comportamento do receptor (recepção passiva), e outros teóricos que acreditam numa maior complexidade nesse processo e num menor grau de passividade dos receptores.

Nessa última perspectiva, Thompson ⁹⁸ ressalta que a evolução dos meios de comunicação possibilitou uma ampliação na reprodução de formas simbólicas, e consequentemente, das ideologias, as quais possuiriam cinco modos de operação: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

Acrescenta-se a isso a circunstância de que a realidade social que nos rodeia não é tão "objetiva" da maneira como se imagina, sendo moldada por diversos fatores, como em especial a linguagem, a qual é capaz de construir realidades e fabricar mundos.

Nesta vereda, as mensagens difundidas na mídia seriam capazes de estabelecer relações de dominação, que "diz respeito às

⁹⁷ OLIVEIRA, 2010.

⁹⁸ THOMPSON, 2000.

relações de poder que são sistematicamente assimétricas". 99 Nesse processo, haveria quatro filtros pelos quais as mensagens midiáticas passariam (exposição seletiva, atenção seletiva, percepção seletiva e retenção seletiva), o que demonstra, por derradeiro, a complexidade, relevância e gravidade de tal tema. 100

De qualquer forma, o que interessa nesse ponto é o fato de que, na retenção das informações, as imagens possuem uma grande relevância e poder, mormente quando são capazes de causar impacto e apelar para a emoção. 101 Além disso, a atenção das pessoas é mais intensa quando os assuntos tratados são de fácil compreensão e também quando existe uma espécie de consenso popular sobre eles. 102

Compreendidos tais pressupostos, torna-se fácil entender o brocardo midiático "se sangrar é manchete". 103 Afinal, poucas coisas provocam tanto impacto como cenas de terror, crimes e violência, que são fatores que contribuem para o sentimento geral de insegurança e para o desejo compartilhado cada vez mais pulsante de lei e ordem.

A partir de todo o exposto, a base para o sucesso do fenômeno terrorista está formada e ganha consistência a cada dia, e os próprios grupos percebem tal circunstância, de modo que "sempre planejam seus ataques com a finalidade de obter o máximo de publicidade, escolhendo alvos que exemplifiquem de forma típica aquilo a que eles se opõem". A sua eficiência está centrada na reação da população ou governo, ¹⁰⁴ circunstância que pode ser exemplificada com o famoso ISIS, que, segundo Cockburn, ¹⁰⁵ teria ampliado de forma expressiva seu impacto político exatamente a partir do registro visual de seus atos.

```
99 BARROS FILHO, 2010, p. 64.
```

¹⁰⁰ BARROS FILHO, 2010, p. 85-91.

¹⁰¹ BUDÓ, 2014, p. 106; BARROS FILHO, 2010, p. 90.

BARROS FILHO, 2010, p. 88-89; BUDÓ, 2014, p. 111.

¹⁰³ COCKBURN, 2015, p. 50.

¹⁰⁴ BAUDRILLARD, 2007, p. 23.

¹⁰⁵ COCKBURN, 2015, p. 160.

Nesse momento, merecem destaque duas análises acerca do fator simbólico do terrorismo, as quais se centram no acontecimento de maior importância da história recente do terrorismo: os atentados de 11/09/2001, nos Estados Unidos.

Num primeiro plano, Baudrillard ¹⁰⁶ prontamente arremata que "o desabamento das torres é o maior acontecimento simbólico", e que as torres simbolizavam o poder financeiro e do liberalismo mundial, os quais eram o "cérebro, o ponto nevrálgico do sistema".

Ele prossegue, lembrando que, no mundo atual, "a imagem serve de refúgio contra o acontecimento", sendo que, nesse evento, ocorreu a sobrefusão do acontecimento e da imagem, do real e da ficção, formando assim um "fato simbólico total", o que em outras palavras pode ser traduzido como: "o real junta-se à imagem como um bônus do terror". 107

Observa-se, pois, que a violência terrorista é simbólica ¹⁰⁸, assim como "eminentemente comunicacional", porque "todo o ato terrorista é uma mensagem" que tem como privilégio a periodicidade das emissões e alcance dos *media*, e que é veiculada de modo a deixar as próprias pessoas interpretarem os fatos, caracterizando assim uma espécie de terrorismo de interpretação.

Para além de tal perspectiva, introduzem-se as importantes reflexões de Charadeau, o qual observa que as imagens de tais atos podem ser conceituadas como uma espécie de imagens-sintoma, ou seja, imagens que se voltam para outras e mais outras. São imagens simples, que remontam a fatos recorrentes na história ou no presente e que carregam forte carga semântica, e que, ao fim de tudo, remetem para imaginários profundos da vida, tornando mais perceptíveis seus efeitos simbólicos. O referido teórico ainda alerta que as "imagens e palavras associam-se para construírem imaginários de verdade" e, dentre as verdade possíveis (dos fatos, da origem, dos atos), duas aqui se destacam: a verdade de opinião e a verdade de emoção. 109

```
106 BAUDRILLARD, 2007, p. 13-5.
```

¹⁰⁷ BAUDRILLARD, 2007, p.19-22.

¹⁰⁸ BAUDRILLARD, p. 22.

¹⁰⁹ CHARADEAU, 2009, p. 73-80.

A primeira "baseia-se num sistema de crença e procura ser partilhada pela maioria das pessoas" (ideia de consenso), sendo subdividida em verdades comuns (universais), relativas e coletivas, estas últimas responsáveis por criar categorias com determinada essência. Do outro lado, a verdade da emoção "fascina ou provoca uma reação irrefletida". Nessa vereda, com acontecimentos que resultam em morte, ocorre uma "fusão entre as verdades de opinião e as verdades de emoção", e é dessa delicada conexão que os imaginários sociais estão povoados. Neste mar de imaginários, ilusões, falsas percepções e efeitos simbólicos, exsurge o paradoxo de que "aquilo que acreditamos ser o visível do mundo é apenas o invisível, intocável, construído como visível pelo efeito conjunto de uma colocação em espetáculo e da projeção de nossa memória sobre esse espetáculo". 110

Nesse entremeio, alguns questionamentos se levantam: onde é que o terrorismo projeta seu simbolismo? Aparentemente, em todo o lugar simultaneamente. Indo mais além: "quem está por trás de tudo isto? O agressor indeterminado pode estar em toda a parte e em lugar nenhum. Efeito paranóico garantido, que mantém a ideia de uma conspiração ou da existência de um espírito maligno, grande organizador da desordem do mundo".¹¹¹

Trata-se, no fundo, de vitória do terrorismo, porque,ao contrário de guerras tradicionais, não existe ocupação de espaços, mas sim de mentes. Ou, em síntese: "fiel ao seu nome, a arma suprema do terrorismo é semear o terror". E nesse aspecto, o terrorismo global é especialista em disseminar os mais diversos medos: "o medo da incerteza, o medo da violência, o medo do retrocesso, o medo da insegurança, enfim, qualquer tipo de pavor e intimidação que seus atos podem originar". 113

Ainda na busca de destacar o grandioso papel do medo em tal relação, traz-se à tona a análise de Barber, 114 o qual explica que

```
110 CHARADEAU, 2009, p. 82-84.
```

¹¹¹ CHARADEAU, 2009, p. 79.

¹¹² BAUMAN, 2008, p. 140.

¹¹³ CARDOSO, 2014, p. 142-143.

¹¹⁴ BARBER, 2005, p. 47.

"o medo é a arma e o catalisador do terrorismo, o multiplicador e amplificador de incidentes terroristas reais que, afinal, vistos em uma escala mundial, são pouco frequentes". Nesse último ponto, conjuga-se o pensamento de Hobsbawm, 115 que desnuda as falácias dos discursos de declaração da "guerra ao terror" e do combate aos inimigos, afirmando que se trata muito mais de uma retórica para aterrorizar o cidadão do que um ato de enfrentamento ao terror, o que levanta, no mínimo, algumas suspeitas, uma vez que "arrepiar os cabelos e criar pânico é exatamente o que os terroristas querem fazer. O objetivo político deles não é atingido pelo ato de matar, e sim pela publicidade dada aos seus atos, que quebra a moral dos cidadãos".

Nessa linha, e como bem se sabe, "[...] as pessoas aterrorizadas são os aliados mais confiáveis, ainda que involuntários, dos terroristas", porque o "compreensível desejo de segurança", sempre pronto a ser usado como carta na manga de pessoas habilidosas e interesseiras, "e agora instigado por atos de terror difusos e aparentemente imprevisíveis, mostra-se no final como o principal recurso com o qual o terror pode contar para ganhar impulso". 116

Trata-se, pois, de uma vitória do simbólico. O medo corre solto e se infiltra no imaginário social, tudo graças à atuação dos meios de comunicação, capazes de reproduzir milhares de vezes imagens de terror, que, ao mesmo tempo em que concedem audiências aos programas televisivos, consagram a eficiência dos atos terroristas e dão combustível para discursos inflamados. E as medidas propostas que emergem de tais situações, por sua vez, não resolvem em nada o problema, porque a nova disposição do mundo e seus atores e a maneira como se relacionam indicam a necessidade de novas abordagens, análises e reflexões.

No contexto, restam visíveis apenas as complexas conjunturas que passam a se formar. A globalização apresenta sua face mais perversa, produzindo efeitos negativos pelo globo terrestre, onde apenas injustiças, violências e riscos são compartilhados por

¹¹⁵ HOBSBAWM, 2007, p. 149.

¹¹⁶ BAUMAN, 2008, p. 161.

todos. As tecnologias de rede demonstram que não podem escolher a quem servirão. Os atores emergentes mostram que não podem ser ignorados ou desprezados. O sentimento de desintegração e desesperança aumenta, dando impulso aos fundamentalismos, na busca de manter vínculos e uma espécie de unidade, ainda que imaginária.

Numa sociedade do espetáculo, as imagens reinam e os meios de comunicação lucram com a imensa audiência. Como se observa, o poder se exerce, cada vez mais, de forma invisível, simbólica, através de discursos, imagens, palavras e ideologias.

Há um novo mundo, uma nova era, com novos problemas, dificuldades e desafios. Deve-se prestar atenção, mais do que nunca, ao invisível, ao não dito, ao silenciado e encoberto, buscando afastar a cegueira causada pelo medo e desenhar novos caminhos, que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa e solidária, com o surgimento e a atuação de mais atores pacíficos do que violentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do trabalho, em um primeiro ponto, tornou-se possível reforçar algumas ideias e conceitos já difundidos no campo das relações internacionais, tais como a complexidade, a dinâmica e a interdependência que marcam a sociedade internacional contemporânea, assim como apresentar o surgimento dos diversos atores internacionais, com enfoque aos não estatais, que ganham cada vez mais força.

Na sequência, analisou-se a importância do desenvolvimento da globalização e da sofisticação das redes para a propulsão dos atores ditos emergentes, que apresentam novas, ágeis, flexíveis e transnacionais estruturas. Ainda se buscou traçar os contornos do fenômeno terrorista, repassando algumas questões históricas e conceituais e dando enfoque ao chamado terrorismo moderno e seus principais atributos e fatores envolvidos.

Em continuação, almejou-se traçar elementos fundamentais do poder simbólico e sua difusão através dos meios de comunicação, que foram abordados no tocante ao seu alcance e influência na sociedade. Derradeiramente, destacou-se o sucesso dos movimentos terroristas, que nunca tiveram tantos mecanismos para produzir o

que tanto desejam: terror, o seu principal elemento caracterizador. Afinal, apesar de atingir pessoas de carne e osso, o poder dos atos terroristas centra-se mais no simbólico, na produção de medo, algo que permeia o imaginário social, e, por isso, torna-se de difícil controle.

Destaca-se, por fim, que não há como voltar atrás nas evoluções tecnológicas verificadas nos últimos anos, e nem reparar os danos provocados pelos atos terroristas e também pelas medidas tendentes a combatê-los. O que melhor se pode fazer é iniciar discussões mais aprofundadas e delimitar os contornos dos conflitos e conexões (transdisciplinares), para entendê-los e buscar construir caminhos que não passem por mais destruição e restrição de direitos.

REFERÊNCIAS

ARENAL, Celestino del. Introducción de las relaciones internacionales. Madrid: Tecnos, 1994.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David (Orgs.). Redes y guerras em red: el futuro del terrorismo, el crime organizado y elactivism político. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BARBÉ, Esther. Relaciones internacionales. Madrid: Tecnos, 1995.

BARBER, Benjamin R. O império do medo. Trad. Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BARROS FILHO, Clóvis de et al. Teorias da comunicação em jornalismo: reflexões sobre a mídia. São Paulo: Saraiva, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. A violência do mundial. In: MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean. A violência do mundo. Trad. Ana Paula de Viveiros. Lisboa: Piaget, 2007.

BAUMAN, Zigmunt. **Medo líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização** reflexiva: política, tradução e estética na ordem social moderna. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BEDIN, Gilmar Antonio. A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Language and symbolic power. Edited and introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Oxford: Polity Press, 1991.

BUDÓ, Maria de Nardin. Crime e mídia: para uma revisão teórica. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de; BUDÓ, Marília de Nardin (orgs.). Mídias e direitos da sociedade em rede. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 97-124.

CARDOSO, Tatiana de Almeida Freitas R. A mundialização do terrorismo: a (re) definição do fenômeno após o 11 de setembro. In: AMARAL, Augusto Jobim do et al. Direitos humanos e terrorismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 127-154.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira. El estudio de la sociedad internacional contemporánea. In: PEREIRA, Juan Carlos (Coord.). História de las relaciones internacionales contemporáneas. Barcelona: Ariel, 2009. P. 37-62.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradu. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, c2003.

_____. A sociedade em rede. 11 ed. Trad. Roneide Venancio Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

CHARADEAU, Patrick. Informação, emoção e imaginários a propósito do 11 de setembro de 2001. In: DAYAN, Daniel. **O terror espetáculo**: terrorismo e televisão. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 71-86.

CHOMSKY, Noam. Piratas & imperadores, antigos e modernos: o terrorismo internacional no mundo real. Trad. Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COCKBURN, Patrick. A origem do Estado Islâmico: o fracasso da "guerra ao terror" e a ascensão jihadista. Trad. Antonio Martins. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CRETELLA NETO, José. Em busca da definição que o mundo hesita elaborar: Terrorismo internacional. In: BEDIN, Gilmar Antonio et al (org.). Estado de direito, jurisdição universal e terrorismo: levando o direito internacional a sério. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 123-221

_____. Terrorismo internacional: inimigo sem rosto – combatente sem pátria. Campinas: Millennium, 2008.

DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger. A sociedade civil global e a rede. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2012.

DIEZ DE VELASCO, Manuel. Las organizaciones internacionales. 10. ed. Madrid: Tecnos, 1997.

DUARTE, João Paulo. Terrorismo: caos, controle e segurança. São Paulo: Desatino, 2014.

FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. **Hiperterrorismo e mídia:** o terrorismo no processo de comunicação política. 2005. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - ECA/USP, São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. Power and Knowledge: selected interviews and other writings 1972-1977. Edited by Colin Gordon. Transl. by Colin Gordon et al. New York: Pantheon, 1980.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUELL PERIS, Sonia. El papel de las ONG, ETN y EMSP em la resolución de crisis relacionadas com seguridad internacional: uma perspectiva desde el derecho internacional. In: Los actores no estatales y laseguridad internacional: su papel em la resolución de conflictos y crisis. Madrid: Ministério de Defensa; Grupo de Trabajo 6/09, 2010. P. 23-74 (Cuadernos de Estrategia 147).

HAUGAARD, Mark. The constitution of power: a theoretical analysis of power, knowledge and structure. Manchester: Manchester University Press, 1997.

HEREDIA, J.M. Sobrino. La determinación de la personalid jurídica de las organizaciones internacionales no gubernamentales: contribución del Consejo de Europa. Revista Española de Derecho Internacional, n. 1, 1990.

HOBBES, Thomas. Leviathan: or the matter, form and power of a commonwealth ecclesiasticall and civil. Ed. with an introduction by Michael Oakeshott. Oxford: Basil Blackwell, 1957.

HOBSBAWM, E. J. Globalização, democracia e terrorismo. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1997.

MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Trad. Ivone Jean. Brasília: UNB, 1991.

MEYER, Roberto Hering. Organizações internacionais de natureza terrorista: um estudo do terrorismo islâmico moderno. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org). Organizações internacionais e seus dilemas formais e informais. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2012. p. 353-401.

MORIN, Edgar. Debate com Edgar Morin. In: MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean. A violência do mundo. Trad. Ana Paula de Viveiros. Lisboa: Piaget, 2007.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações internacionais: estudos de introdução. 2. ed. rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2004a.

- _____; DA SILVA, Andréia Rosenir. Gênero como possível ator das relações internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). Relação internacionais: a questão do gênero. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2011. v. 1. p. 23-81.
- _____. Relações internacionais, direito e os atores não estatais: delineamentos de fundamentação. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). Relações internacionais, direito e poder. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2014. v. 1. p. 33-131.
- O protagonismo dos atores não estatais pacíficos e violentos: a revolução da rede de redes. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). Relações internacionais, direito e poder. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2016. v. 3. p 39-85.

OLSSON, Giovanni. O poder político no espaço global: O protagonismo dos atores estatais e não estatais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de Oliveira (org.). Relações internacionais, direito e poder – cenários e protagonismos dos atores não estatais. v. I, Ijuí: ed. Unijuí, 2014. p. 133-177.

PAPISCA, Antonio. Introduzione allo Studio del le Relazioni Internazionali. Torino: Giappichelli Editore, 1973.

PITKIN, Hanna Fenichel. Wittgenstein and Justice: on the significance of Ludwig Wittgenstein for social and political thought. Berkeley: University of California Press, 1972.

REYNALDO, Renata Guimarães. Impactos dos movimentos sociais como atores não estatais e seu processo de transnacionalização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). Relações internacionais, direito e poder. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2014.v. 1. p. 365-423.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TAYLOR, Philip. Non-state actor in internacional politics: from transregional to substate organizations. Boulder: Westview Press, 1984.

THOMPSON, John B.; Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIEIRA, Carlos Alberto Adi. A face oculta da globalização: o trabalho mundial das ONGs. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Coord.). Relações internacionais e globalização: grandes desafios. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1999. p. 151-174.

WENDZEL, Robert L. Relações internacionais: o enfoque do formulador de políticas. Trad. João de Oliveira Dantas, Julio Galvez e Panteão Soraes de Barros. Brasília: UNB, 1985.

WILLIAMS, Anne; HEAD, Vivian. Ataques terroristas: a face oculta da vulnerabilidade. Trad. Débora da Silva Guimarães Isidoro. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

Recebido em: 07/11/2016

Aprovado em: 17/10/2017

